

INCLUSÃO SOCIAL EDUCATIVA DOS ESTUDANTES AFRICANOS E OS DESAFIOS FRENTE A INTERCULTURALIDADE NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Lourdes Angélica Pacheco Cermeño¹ (L. A. P. C.)
Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pacheco.lourdes@yahoo.es
Angélica María Peña Hospinal² (A. M. P. H.)
Universidade Sao Martín de Porres (USMP). angelamary24@hotmail.com

Eixo: Inclusão, Direitos Humanos e Interculturalidade
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

Nas últimas décadas as universidades brasileiras estão recebendo estudantes africanos e da América do Sul devido ao processo da globalização, a qual propiciou a mobilidade acadêmica dos estudantes para universidades de países estrangeiros, estes estudantes afrontam vários problemas e desafios pessoais desde que chegam até a culminação do programa de graduação que fazem no Brasil, muitas vezes se enfrentam com problemas como racismo e discriminação social sendo vulnerado em muitas ocasiões seus direitos humanos e dessa forma resulta mais complicado o processo de adaptação e inclusão social no ensino superior. Ao chegar aos países de acolhimento, os imigrantes defrontam-se com um novo cenário que inclui diferenças do meio ambiente físico e social, choque de culturas, estilos de vida, barreiras linguísticas e sistemas legais distintos, sendo a interculturalidade um fator importante a ser estudado para entender melhor a situação que vivenciam os estudantes estrangeiros africanos. Neste contexto, este trabalho apresenta uma análise sobre o processo de inclusão social dos estudantes africanos no contexto das universidades brasileiras. Para tanto o objetivo geral foi: compreender o processo de inclusão social dos estudantes africanos e latinoamericanos nas universidades brasileiras e os objetivos específicos foram: Analisar as dificuldades que afrontam os estudantes estrangeiros que geram exclusão social educativa e entender como a interculturalidade ajuda ou gera obstáculos no processo de inclusão social na educação superior. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa como pesquisa bibliográfica fundamentada em autores como Cortesão (2014), Magalhaes (2014), Stoer (2002), Teixeira (2009), entre outros.

Palavras-chave: Inclusão social, Estudantes Africanos, Interculturalidade.

Abstract

In the last decades, Brazilian universities are receiving African and South American students due to the process of globalization, which has allowed the academic mobility of students to universities of

1 Mestre em Psicologia Organizacional: Comportamento Organizacional e Recursos Humanos pela Universidade Ricardo Palma - Peru. Professora Universitária da Universidade As Américas (ULAS). Ex-professora da escola da polícia-Peru. E-mail: pacheco.lourdes@yahoo.es

2 Doutora em Direito pela Universidade Nacional Federico Villarreal- Perú. Mestre em Direitos Humanos e Administração Pública pelo CAEN. Professora Universitária das Universidades São Martín de Porres, As Américas e Alas Peruanas. E-mail: angelamarys24@hotmail.com

foreign countries, these students face several problems and personal challenges from the time they reach the culmination of graduation programs that they do in Brazil often face problems such as racism and social discrimination, many times violating their human rights, and in this way, the process of adaptation and social inclusion in higher education complicates the process. When arriving in the host countries, immigrants face a new scenario that includes differences in the physical and social environment, clash of cultures, lifestyles, language barriers and distinct legal systems, and interculturality is an important factor to be studied to better understand the situation experienced by foreign students in Africa. In this context, this paper presents an analysis on the process of social inclusion of African students in the context of Brazilian universities. To tano the general aim was to understand the process of social inclusion of African and latinamerican students in Brazilian universities and the specific objectives were to analyze the difficulties that confront foreign students who generate educational social exclusion and understand how it interculturalism help or creates obstacles in the process of social inclusion in higher education. The methodology used was a qualitative approach as a bibliographical research based on authors such as Cortesão (2014), Magalhaes (2014), Stoyer (2002), Teixeira (2009), among others. The result has been that assuming that the world of global higher education structures itself in a highly unequal way, where universities and powerful academic systems - called 'centers' - have always dominated the production and distribution of knowledge, rendering institutions and systems weak few resources and low academic standards without preparation of teachers to face the challenges and new realities that arise as a consequence of the process of globalization and internationalization of higher education.

Keywords: Social inclusion, African students, Interculturality.

INTRODUÇÃO

As dinâmicas globais de internacionalização do ensino superior caracterizam-se, principalmente, pelo movimento internacional de estudantes, professores e pesquisadores, pela diversificação do currículo, pelo uso de novas tecnologias para a provisão de programas educacionais, pela celebração de parcerias bilaterais e multilaterais entre universidades e pela exportação comercial da educação (Ninnes & Héllsten, 2005).

Sendo a internacionalização um recurso que impulsiona os sistemas e instituições de educação superior a responder às necessidades educativas do mundo globalizado, para os países em desenvolvimento, como o Brasil, investir na internacionalização da educação superior é, sem lugar a dúvidas, um processo fundamental para a sua inserção no mundo globalizado, em condições de soberania.

Altbacht (2007) considera que as universidades sempre foram instituições globais servindo uma clientela estudantil internacional, com professores provenientes de diversos países, refletindo conteúdos ocidentais influenciados por condições locais e pressões internacionais e, em essência, organizadas até hoje e em todo o mundo segundo a tradição e o modelo acadêmico ocidental .

Como objetivos deste trabalho temos como objetivo geral compreender o processo de inclusão social dos estudantes africanos e latinoamericanos nas universidades brasileiras e como objetivos específicos Analisar as dificuldades que afrontam os estudantes estrangeiros que geram exclusão social educativa e entender como a interculturalidade ajuda ou gera obstáculos no processo de inclusão social na educação superior.

Primeiramente, é necessário entender que a educação é o processo que capacita o ser humano a livremente desenvolver um senso universal e adquirir personalidade e dignidade. Permite ao ser humano a participar ativamente de uma vida livre em sociedade, com tolerância e respeito por outras civilizações, países, culturas e religiões. Ajuda, ainda, a desenvolver respeito pelo próximo e, como tal, à família e o meio ambiente. Em suma, contribui com o desenvolvimento do respeito pelos direitos humanos e fundamentais, liberdades e garantias, e a manutenção da paz mundial.

Também é importante considerar o processo de inclusão social nas universidades brasileiras, ao ser outro fator que muitas vezes não é considerado dentro desse processo de internacionalização da Educação Superior onde docentes e universidades devem se preparar para estes desafios que se apresentam ao receber pessoas de diferentes culturas, línguas e metodologias de ensino- aprendizagem. Por isso, o termo inclusão tem sido associado, hoje, de forma mais intensa, ao conceito de ação afirmativa, que se desenvolveu apoiado em noções tais como cidadania, direito à diferença, igualdade e equidade. As análises dos termos exclusão e inclusão estão caminhando na direção de duas tendências principais: uma, a proposta de implantação de políticas multiculturais, estruturadas com base no direito à diferença, e outra, a ênfase em análises que discutem a propriedade do estabelecimento de relação entre pobreza e exclusão.

Entendemos que as pessoas que são excluídas por motivos raça, nacionalidade, sexo, língua ou qualquer outra condição que produzam discriminação acabam por tornarem-se cidadãos de segunda classe e, se a Educação ajuda os Estados a se desenvolverem, renegar um Direito como esse por uma simples discriminação pode, inclusive, contribuir para o não desenvolvimento do próprio Estado.

Além disso, a interculturalidade se apresenta como outro fator importante a considerar no processo de inclusão social na Educação Superior, pois, a educação intercultural " aparece como uma perspectiva alternativa e contra-hegemônica de construção social, política e educacional, sendo complexa por estar atravessada por desafios e tensões, tornando necessária

a problematização das diferentes práticas sociais e educativas". (CANDAU, 2008, P.2).

Ainda mais devemos considerar os desafios colocados por uma proposta de educação intercultural, que considere as especificidades dos contextos onde ocorre o processo de ensino e aprendizagem, mostram a importância de uma formação que capacite o professor a conduzir sua prática de forma a atender as diversas culturas que permeiam o espaço educativo, "partindo do pressuposto de que entre alunos/as e educadores/as possa se estabelecer o diálogo intercultural tendo em vista uma educação inclusiva e democrática". (SÁ, CORTEZ, 2012, p.7).

Num mundo globalizado, que atende à transferência maciça de grandes grupos de pessoas, dentro e fora de suas fronteiras de origem, o desenraizamento cultural e social causado pela emigração, juntamente com a diferença étnica, corre o risco de se tornar um fator de exclusão para muitas pessoas. Mesmo dentro da região ibero-americana, cujos habitantes compartilham muitas características culturais e linguísticas comuns, ocorre esse tipo de processo de exclusão, que não deixa de preocupar tanto os países que recebem imigrantes como os países de emigração.

Finalmente, a inclusão é vista como o processo de identificar e responder à diversidade das necessidades de todos os alunos através de uma maior participação na aprendizagem, culturas e comunidades, e reduzindo a exclusão na educação. Envolve mudanças e modificações em conteúdos, abordagens, estruturas e estratégias, com uma visão comum que inclui todas as crianças da faixa etária apropriada e a convicção de que é responsabilidade do sistema regular educar todas as crianças ". Por isso, é transcendental entender que a educação inclusiva é uma abordagem estratégica destinada a facilitar o aprendizado bem-sucedido para todas as crianças e jovens. Refere-se a objetivos comuns para reduzir e superar todos os tipos de exclusão de uma perspectiva de direito humano para uma educação; tem a ver com acesso, participação e aprendizado bem-sucedido em uma educação de qualidade para todos.

Educação e Direitos Humanos.

Para Oliveira (2009) a educação é um processo de sociabilização, de caráter permanente, praticada nos diversos lugares de convívio social, adequando o indivíduo ao grupo, à sociedade ou os grupos à sociedade. A educação então, segundo o mesmo autor, compreende os processos de ensinar e aprender, de ajuste e adaptação.

Por certo, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

(2013), criada em 1997 e vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania menciona o conceito de Direitos Humanos o qual é compreendido como aqueles direitos que o indivíduo tem por ser pessoa humana, ou seja, simplesmente por sua importância de existir. Assim, compreendem-se tais direitos como: o direito à vida, à alimentação, à família, à educação, à liberdade, à religião, ao trabalho, ao meio ambiente sadio e à orientação sexual, entre vários outros, independentemente de qualquer condição que esteja inserido, como por exemplo, raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição. Indubitavelmente, esses direitos são universais, sendo aplicados de maneira igual e sem discriminação a todos os indivíduos; são inalienáveis, ou seja, ninguém pode ser privado de seus direitos; são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, já que é insuficiente respeitar alguns direitos e outros não; e todos os direitos devem ser observados como de igual importância, respeitando assim, a dignidade e o valor de cada indivíduo. (ONU BRASIL, 2015)

Ao desenvolver o tópico sobre a educação, verifica-se que sua importância se faz necessária para o entendimento dos direitos humanos, pois através da educação passa a ser possível a concretização de tais direitos, acarretando numa cultura universal dos mesmos, corroborando para uma base de uma sociedade justa e igualitária.

Além disso, cabe ressaltar que o Brasil precisa se concentrar nas ações que tragam como resultado a efetivação desses direitos, porque na prática se pode observar múltiplas e marcantes desigualdades tanto no campo econômico como social, quer dizer, na realidade atual existem várias pessoas e grupos que tem certas dificuldades em exercer sua cidadania, já que não conseguem exercer seus direitos fundamentais, como por exemplo o acesso a uma vida digna com saúde, educação, segurança, reconhecimento, trabalho etc, vivenciando diversas violências e preconceitos, estigmatizadas e excluídas da sociedade.

A internacionalização da Educação Superior

Para Van der Wende (1997, p.18) internacionalização é “qualquer esforço sistemático encaminhado a fazer que a educação superior responda aos requerimentos e desafios relacionados com a globalização das sociedades, da economia e dos mercados”.

Lima e Maranhão (2009) afirmam

o processo de internacionalização ocorre: pela internacionalização ativa, quando as políticas dos países se voltam para receber os alunos em mobilidade e oferecer serviços educacionais no exterior, exportar e instalar campus em outros países, e por meio da internacionalização passiva, que se caracteriza pela inexistência de uma política clara para o envio de alunos para outros países, os quais não possuem recursos materiais e humanos para receber e oferecer este

Segundo Jane Knight (2004, p.2), “a internacionalização mais especificamente na educação, é o processo no qual se integra uma dimensão internacional e intercultural ao ensino, à pesquisa e aos serviços de uma instituição de ensino.” Uma política de internacionalização em casa (at home) demandaria estratégias institucionais que ajudam a desenvolver compreensão sobre contextos internacionais e habilidades interculturais para grande parte dos alunos que jamais irão sair de seus países durante o ensino superior, e ainda assim terão que lidar com o mundo e o mercado globalizado através de perspectivas comparativas. Seria esse processo sinérgico e transformador, envolvendo os currículos e a pesquisa, que deveria influenciar as atividades de discentes, a formação de docentes e de gestores. Desse modo, o processo se voltará para o interesse em contribuir com o desenvolvimento da educação e da ciência, através da colaboração e da troca de experiências com instituições estrangeiras. (AUDY; MOROSINI, 2010)

A internacionalização da educação superior estimula práticas do acolhimento, social e cultural, fazendo desse nível de ensino superior um espaço de interstício que oculta interesses econômicos. Favorece para que o estatuto de estudante estrangeiro, o sujeito em mobilidade acadêmica, venha a contribuir com as permutas entre culturas e nações, incluindo seus diferentes modos de ensinar e aprender (CUNHA, 2011).

Cortesão (2000) elaborou um conjunto de conceitos para problematizar as questões dos imigrantes e desses novos atores de direito, incluídos nas últimas décadas no sistema educativo. São eles: “o daltonismo cultural”, “o dispositivo de diferenciação pedagógica”, “a interface da gestão educativa inter-cultural”, “o bilinguismo cultural” entre outros conceitos.

Ademais, esse conjunto conceitual revela investimentos em inclusão de sujeitos, de classe, de etnia e de gênero; que, por via do fenômeno da massificação da própria educação, acabou por aparelhar a instituição pesquisada para o processo de integração de diferentes sujeitos e culturas no seu processo educativo (STÖER; MAGALHAES, 2004).

Sendo a internacionalização um recurso que impulsiona os sistemas e instituições de educação superior a responder às necessidades educativas do mundo globalizado, para os países em desenvolvimento, como o Brasil, investir na internacionalização da educação

superior é, sem lugar a dúvidas, um processo fundamental para a sua inserção no mundo globalizado, em condições de soberania

Também podemos mencionar que surgem mais mobilidades de intercâmbios culturais e acadêmicos entre estudantes, como também a facilidade de complementação de estudos entre as universidades com a abertura internacional para o mercado da educação. Essas relações são estabelecidas de acordo com estas facilidades e necessidades, abrindo um flanco na comunicação, na relação intercultural e na internacionalização do ensino.

Em suma, o interesse das instituições, neste panorama, é o de ampliar as suas capacidades como promotoras de novos conhecimentos, isto requer recrutar estudantes de outros países com capacidade acentuada e com condições de melhorar qualitativamente o nível de pesquisa e de ensino das universidades e dos interesses internos de cada país. Também, há o interesse de preparar esses estudantes academicamente para que retornem aos seus países e para que sejam capazes de melhorar as condições de vida e da qualidade acadêmica de seus países de origem. Essas estratégias estão no centro dos acordos entre países que desenvolvem cooperação entre si, relações bilaterais, relações internacionais e regionais.

A interculturalidade

A dimensão intercultural é uma característica de qualidade intrínseca à mobilidade acadêmica que, por sua vez, é um dos meios do processo de internacionalização da educação superior, a mobilizar um grande fluxo estudantil nos cinco continentes. Tendo em vista tamanha diversidade e, nesta perspectiva, atender as demandas do mundo globalizado, as instituições de educação superior estão empenhadas em qualificar tanto as políticas institucionais como uma série de questões práticas para receber estudantes internacionais capacitados, que buscam excelência em diferentes espaços de aprendizagem.

O modelo educativo intercultural tem se destacado como um dos mais efetivos e melhores nas aulas nos países europeus. O enfoque educativo intercultural ressalta a cultura do diálogo e da convivência, e permite desenvolver a equidade como quesito prévio para o conhecimento e também é importante conseguir o respeito das diferenças culturais no marco da realidade social.

Pesquisadores como Candau (2008,2009,2011), Fleuri (2002,2003), entre outros, mencionam, para que a educação intercultural aconteça, é necessário que o professor refleta e

vivencia ativamente, a diversidade dos grupos sociais, étnicos, religiosos e culturais, etc.

Segundo Candau (2009,p.170) a educação intercultural não pode ser reduzida a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos, nem focalizar sua atenção exclusivamete em determinados grupos sociais.

Para este autor poderíamos afirmar que está falando sobre a globalização da educação que muda os processos educativos, os currículos, a organização, as linguagens, as práticas educativas a ser modificadas pelos professores ante a nova realidade educativa, assim como a relação que tem os professores com os membros da comunidade universitária.

Fleury (2002, p.11) afirma que a perspectiva intercultural implica uma compreensão complexa de educação, que busca entender e promover lenta e prolongadamente a formação de contextos relacionais.

Além disso, podemos resgatar que os objetivos da internacionalização seriam difíceis de conseguir se não se respeitasse a diversidade linguístico-cultural e os cidadãos não aprendessem e conhecessem outras línguas e culturas, por isso é fundamental aplicar o conceito de competência intercultural no ensino superior.

Díaz García et al. (2010) expõe a necessidade de considerar a competência intercultural na universidade que procura que os alunos se beneficiem das experiências de aprendizagem e convivência em outros países. Por isso, as universidades colocam a disposição dos estudantes que participam dos programas de mobilidade uma série de serviços, assim como espaços que se constituem em lugares de aprendizagem e de convivência.

Finalmente, cabe mencionar que os professores com seus estilos de ensino, os orientadores com sua ajuda e assistência, o pessoal administrativo, os colegas da turma e amigos, são todos os recursos humanos que usarão os alunos estrangeiros e com os quais terão que se relacionar durante sua permanência no país de destino.

Inclusão Social.

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem

defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, assim como se apropriar das competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que deve ser talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características. A inclusão visa garantir que todos os alunos, acedam a uma educação de qualidade e vivam experiências significativas, independentemente das suas características e diferenças.

A inclusão assenta em quatro eixos fundamentais que são no primeiro lugar é um direito fundamental, no segundo lugar obriga a repensar a diferença e a diversidade, logo implica repensar a escola e o sistema educativo e finalmente pode constituir um veículo de transformação da sociedade.

Os incluídos nas instituições estrangeiras são novos instituídos, os ex-colonizados com novos direitos, os estudantes estrangeiros e sua presença em aula conquistam um lugar de não lugar; são a ocupação de um lugar de fora (de identidade e de individuação vindas de outro.

De essa forma, podemos apreciar que as universidades deveriam fazer mudanças que permitam aos estudantes estrangeiros se adaptar com a nova metodologia, língua e cultura, e se as universidades não implementam essas mudanças então os novos alunos estariam sendo excluídos do processo de ensino-aprendizagem.

Relatorio de experiências

Natalia é uma estudante boliviana que está estudando numa universidade brasileira, quando ela chegou não foi bem acolhida pela coordenadora do programa nem pelos colegas da turma, ela tinha estudado toda sua vida na Bolívia e não conhecia a metodologia do Brasil que é totalmente diferente a todas que são empregadas na Sudamérica. Ela errou muitos trabalhos, alguns professores fazem brincadeiras sobre a maneira de sua fala porque mistura o espanhol e o português gerando uma terceira língua que é desconhecida para os professores chamada portunhol, porque na realidade seus professores não sabem espanhol para tentar se comunicar com ela e a estudante tem que fazer um maior esforço para escrever, ler, falar e fazer os trabalhos na língua portuguesa de uma maneira adequada, ela não pode apresentar

nada no espanhol e muitas vezes também recebeu comentários e atitudes desagradáveis por parte da turma que desconhecem de sua cultura, que não permitem que ela faça trabalhos no grupo deles e os professores tem que colocar ao final num grupo. Depois, como no Brasil se estuda o contexto da Educação brasileira, os professores nunca contextualizam nem explicam certos termos que tem que ver com a cultura brasileira e ela como estrangeira desconhece ficando com muitas dúvidas no seu processo de aprendizagem. Ela já escutou comentários xenofóbicos como que os colombianos estão invadindo o Brasil ou professores que perguntam aos colegas colombianos dela quanto custa o kilo de droga hoje na Colombia?, as turmas muitas vezes se deixam levar pelo que olham nas mídias se formando um preconceito que traz como consequência a rejeição dos estudantes estrangeiros.

Akua, é uma estudante de graduação do programa de Direito, ela é da Gana, e sua experiência numa Universidade Federal Brasileira, foi difícil porque se é verdade que a língua dela é português mas as vezes seus colegas não entendiam o que ela falava, quando não entendia algo e ao final da aula perguntava ao professor, aquele professor não lhe respondia, mas se era uma estudante brasileira aí sim respondia, criando uma situação de discriminação dupla por questão racial e por ser estrangeira (xenofobia).

Metodologia

O presente tópico apresenta o método de pesquisa utilizado e a forma como este estudo foi realizado. A metodologia que foi utilizada na abordagem do tema foi o método dedutivo, pois, “[...] a dedução consiste em construir estruturas lógicas partindo da relação entre antecedentes e consequentes, entre hipótese e tese, entre premissas e conclusão.” (CIRIBELLI, 2003, p.42). A pesquisa realizada neste trabalho foi classificada como descritiva, pois, se buscou para a construção do referencial teórico explorar o tema a partir de uma pesquisa bibliográfica, ferramenta que permitiu a exploração mais profunda sobre o tema, Sendo assim, “[...] na pesquisa descritiva os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles.” (CIRIBELLI, 2003, p. 54). Para o levantamento bibliográfico, foram consultados materiais publicados em livros, manuais, dissertações e web sites. A base de dados mais utilizada foi o Google, utilizando-se as palavras chaves: educação e direitos humanos, interculturalidade, internacionalização e inclusão social.

Resultados e discussão.

A partir das duas experiências poderíamos afirmar que algumas universidades brasileiras não estão preparadas para receber estudantes estrangeiros nem conhecem as estratégias institucionais de internacionalização o que produz exclusão porque não tomam em conta a interculturalidade como base para adequar os processos de ensino aprendizagem e assim incluir aos estudantes estrangeiros que vêm ao Brasil porque existe um maior reconhecimento do diploma estrangeiro e o diferencial na formação profissional e inclusão no mercado.

Conclusões

A inclusão cultural exige que a diversidade cultural seja abordada, promovida e explorada como um aspecto consubstancial e um eixo transversal de todas as iniciativas voltadas para esse fim. Além disso, a diversidade cultural deve ser vista como um ativo para promover e promover a inclusão dos setores sociais mais negligenciados.

Um Estado multicultural deve incluir direitos universais, atribuídos a indivíduos independentemente de seu grupo ou de sua etnia, bem como estabelecer certos direitos especiais para grupos de culturas minoritárias.

A "atenção da diversidade", impulsionada pelos espaços institucionais, supõe que as práticas pedagógicas, escolares e sociais vigentes não podem continuar como estão e que é necessária uma mudança. A conformação de identidades e organizações no quadro da globalização, exige a ideia de que o propósito do desenvolvimento não é apenas o crescimento econômico, mas que o desenvolvimento deve estar intimamente relacionado com os níveis de desenvolvimento e bem-estar de todos os estudantes tanto nacionais como estrangeiros dentro das universidades brasileiras.

Portanto é importante considerar que a cultura e educação tornam-se o propósito e a base social do desenvolvimento, como a realização da existência do ser humano de forma integral, como a possibilidade de que a cultura possa ser enriquecida e desenvolvida como fonte de progresso e criatividade; como uma possibilidade, não só para construir o desenvolvimento, se não também a própria vida em todas as suas dimensões.

Referências

ALTBACH, Philip. **Globalization and the university**: realities in an unequal world. Springer: Dordrecht, 2007. 112-139 p.

AUDY, J; MOROSINI, M. **Inovação, universidade e internacionalização**: boas práticas na

- PUCRS. R o Grande do Sul: PUCRS, 2010.
- BRASIL, ONU. **O que são os Direitos Humanos?**. Brasil: Organiza o das Na es Unidas, 2015.
- CANDAU, V. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, [S.L], v. 11, n. 2, p. 240-255, ago. 2011.
- CIRIBELLI, Marilda Correa. **Como elaborar uma Disserta o de Mestrado através da Pesquisa Científica**. R o de Janeiro: 7 letras, 2003.
- CORTESÃO , L. **Educa o e exclusões** : na tensão entre a cumplicidade e o embargo. Lisboa: Porto, 2011.
- CUNHA, M. **A qualidade do ensino superior em tempos de democratiza o- a rela o ensino e pesquisa**: Políticas fundamentos e práticas do currículo. Porto: Porto, 2011.
- DÍAZ, Maria Teresa Garcia. **La competencia intercultural en un cuestionario en línea de satisfacción del alumnado de programas de movilidad en la universidad de Santiago de Compostela**. Coruña: USC, 2010.
- FLEURI, R. Intercultura e educa o. **Revista Brasileira de Educa o**, Iju , n. 23, p. 16-35, jun. 2002.
- KNIGHT, J. **Internationalization remodeled: definition, approaches and rationales**. Washington D.C.: Journal of studies in international education, 2004.
- LIMA, M; MARANH O, C. O sistema de educa o superior mundial: entre a internacionaliza o ativa e passiva. **Sorocaba**, Campinas, v. 14, n. 3, p. 583-610, jan. 2009.
- MAGALH ES, A. **Identidade do ensino superior**: política, conhecimento e educa o numa época de transi o. Porto: Calouste Gulbekian, 2009.
- MOROSINI, M. **Internacionaliza o na produ o de conhecimento em IES brasileiras**. 1 ed. Belo Horizonte: Coopera o internacional tradicional e coopera o internacional horizontal, 2011. 112 p.
- NINNES, P; HELSTEIN, M. **Introduction: critical engagements with the internationalization of higher education**. Springer: Dordrecht, 2005. 1-8 p.
- OLIVEIRA, Daniel Barbosa De. **Conceito de educa o**. Lisboa: AFIRSE, 2011.
- STOER, S; CORTESÃO, L; MAGALHÃES, A. A questão da impossibilidade racional de decidir e o despacho sobre os currículos alternativos.. **AFIRSE**, Lisboa, n. 20, mai. 1998
- STOER, S. Educa o e globaliza o:entre regula o e emancipa o. **Revista crítica de Ciências Sociais**, Porto, n. 63, out. 2002.
- S , M; CORTEZ, D. **Desafios contemporâneos ao trabalho docente**: media es de saberes



multi/interculturais no cotidiano educativo. Belém do Pará: Encontro internacional da sociedade brasileira de educação comparada, 2012.

WENDE, M Van Der. **The relationship between National Policies for Internacionalisation and those for higher education in general.** Washington D.C.: Stanford, 1997.

